

# ESCRAVIDÃO, CIDADANIA E HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL\*

Silvia Hunold Lara\*\*

## Resumo

Este artigo discute alguns aspectos da exclusão dos negros (escravos ou ex-escravos) da história social do trabalho no Brasil, que passou a ser identificada com a história do trabalho livre, assalariado (para não dizer operário). Analisando as implicações historiográficas e políticas deste procedimento, a autora critica a historiografia da “transição” e a “teoria da substituição” do escravo pelo imigrante. Recorrendo à recente produção sobre a experiência escrava e sobre o período pós-abolição, o artigo sugere outros caminhos de investigação, que possam revelar como as experiências acumuladas durante a escravidão por escravos e libertos foram compartilhadas com os trabalhadores livres, antes e depois da abolição.

## Palavras-chave

Escravidão; abolição; história do trabalho; historiografia.

## Abstract

*This article discusses some aspects of the exclusion of the blacks (slaves and ex-slaves) from the social history of labor in Brazil, which for a long time was equated with the history of the free or wage-earning working class. Analyzing the political and historiographical implications of this oversight, the author criticizes the historiography on the “transition” to the free labor and the theory of the “replacement” of the slave by the immigrant. Turning to the recent studies on slave experience and on the post-emancipation period, the article suggests other paths of research*

---

\* Uma versão inicial deste texto foi apresentada na mesa-redonda “Memória, escravidão e cidadania no Brasil”, durante o XIX Simpósio Nacional da ANPUH, em Belo Horizonte, 24 de julho de 1997. Trata-se de um trabalho ainda em andamento, que faz parte de uma pesquisa mais ampla, sobre os nexos entre raça e classe na história e na historiografia brasileiras, e que conta com financiamento do CNPq.

\*\* Professora do Departamento de História da UNICAMP.

which might reveal how the cumulative experiences of slaves and freed persons were shared with free workers, before and after abolition.

*Key-words*

*Slavery; abolition; history of labor; historiography.*

*O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história humana é a deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste. Eles desceram ao Inferno e, no terceiro século, ressuscitaram da morte, no maior esforço de conquista da democracia para milhões de trabalhadores que este mundo jamais viu. Foi uma tragédia que amesquinhou a da Grécia; uma convulsão na humanidade como a da Reforma e a da Revolução Francesa. Todavia somos cegos e liderados por cegos. Não percebemos nisto uma parte do nosso movimento operário, de nosso triunfo industrial, de nossa experiência religiosa.<sup>1</sup>*

Estas frases, escritas em 1934 por W. E. B. Du Bois, fazem parte dos últimos parágrafos de seu livro sobre o período imediatamente posterior ao final da Guerra Civil nos Estados Unidos — obra que se tornou marcante para a recente produção sobre a história da experiência negra norte-americana. A advertência que elas contêm, no entanto, parece nunca ter tido qualquer eco na historiografia brasileira. Aqui, apesar de a abolição não ter ocorrido no bojo de uma guerra civil, 1888 foi quase sempre considerado um marco temporal separador de “dois Brasis”.<sup>2</sup> A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos.

A oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade cristalizou-se como um postulado quase sempre inquestionado, e o final do século XIX passou a configurar o assim

---

1 Du Bois, W. E. B. *Black reconstruction in America, 1860-1880*. Nova York, Atheneum, 1969, p. 727.

2 Este marco cronológico pode estar, evidentemente, associado a outros elementos e possuir diversos significados. É, contudo, um elemento comum a obras com perspectivas tão diversas quanto, por exemplo, as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

chamado período da *substituição* do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante), o “período da *transição*”, da “*formação* do mercado de trabalho livre” no Brasil. Abordadas nos capítulos finais das obras sobre escravidão (quando não são tematizadas em si mesmas, em obras específicas sobre a abolição) ou em capítulos introdutórios sobre a história dos trabalhadores em geral ou dos operários em particular, as últimas décadas do século XIX constituem o marco cronológico que separa o conjunto de obras sobre a escravidão daquele sobre o “trabalho livre”: entre os dois há um hiato, quase um abismo — e a história dos trabalhadores no Brasil torna-se cativa de uma ruptura radical.

Assim, a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. O próprio termo “substituição” chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes. Se em Caio Prado e Florestan Fernandes ele aparecia ainda como um recurso quase retórico,<sup>3</sup> em Martins ele chegou a ser assumido literal e explicitamente:

(...) a questão abolicionista foi conduzida em termos da *substituição* do trabalhador escravo pelo livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos de *substituição física* do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a *substituição* do trabalhador.<sup>4</sup>

---

3 Caio Prado Júnior, por exemplo, afirma que a lavoura cafeeira baseou-se em “a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, *substituídos* mais tarde (...) por trabalhadores assalariados” (Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp.169-70, grifo meu). Florestan Fernandes, por sua vez, assinala que, a partir de 1888, “as tendências de reintegração da ordem social e econômica *expeliram*, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo” (*A integração do negro na sociedade de classes*. 2 ed. São Paulo, Ática, 1978, vol. I, p. 38, grifo meu).

4 Martins, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979, p. 18, grifos meus.

A vitória das propostas abolicionistas-imigrantistas em fins do século XIX e a construção do “reino da liberdade” no Brasil, contraposto ao universo de horrores da escravidão, marcaram profundamente a historiografia, vinculando-a, na maior parte das vezes, àquele mesmo projeto político. Em nome da justiça e da humanidade burguesas, os abolicionistas erigiam-se em procuradores dos oprimidos, excluindo-os da luta pela liberdade e da própria história. Em nome de um projeto de emancipação dos oprimidos do século XX, cientistas sociais, historiadores e militantes de partidos e movimentos acabaram por fixar a mesma imagem. Nas décadas de 1960 e 1970, os traços foram se tornando cada vez mais rígidos, na medida em que os debates se caracterizavam mais pelas discussões teóricas e conceituais que propriamente históricas.<sup>5</sup>

No entanto, noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do XX. As ações de escravos e libertos ao longo dos séculos revelam alguns desses diferentes significados de liberdade. Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistadas durante o cativeiro. Como se pode ver, estamos bem longe de entender a liberdade como a possibilidade de vender “livremente” a força de trabalho em troca de um salário.<sup>6</sup> Mas, ainda hoje, na maior parte das vezes, quando se fala na história do trabalho no Brasil, quase sempre se pensa em termos da identidade entre liberdade e trabalho assalariado; quando os historiadores se reúnem para discutir os movimentos sociais no Brasil, raramente pensam em quilombos ou insurreições escravas.

Tão importante quanto a cristalização dos termos constituintes da “teoria da substituição” foi o fato de que os estudos empíricos a este respeito incidiram quase sempre

---

5 Cf. Santiago, T. A. (org.). *América colonial. Ensaio*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; Amaral Lapa, J. R. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980; e Pinheiro, P.S. (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

6 Cf. Chalhoub, S. *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Andrews, G.R. “Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1929”, *Hispanic American Historical Review*, 68, n° 3 (1988), pp. 491-524; e Castro, H.M.M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

sobre São Paulo, acarretando que a assim entendida “experiência paulista das fazendas de café” se configurasse como um paradigma explicativo de *todo* o processo, em *todo* o Brasil. Vários estudos regionais já demonstraram claramente como, em outras regiões, a questão se colocava de modo diverso, com o aproveitamento do “elemento nacional”. Para não ir muito longe em termos geográficos, na Zona da Mata mineira, por exemplo, os fazendeiros preferiram realizar contratos de parceria com trabalhadores residentes, recorrendo ao assalariamento temporário de migrantes sazonais vindos de outras regiões do Estado.<sup>7</sup> No Espírito Santo, somente os fazendeiros mais ricos recorreram à imigração. A maioria acabou optando por “‘contratados’ por um ano, por ‘camaradas’ pagos por mês, ou, mais ainda, por ‘jornaleiros’, pagos por dia”.<sup>8</sup>

É interessante notar, entretanto, que nem sempre estes estudos chegaram a questionar diretamente os termos postulados pela “teoria da substituição”, que continuou a ser considerada válida para São Paulo. Além disso, mesmo ao reagirem contra a universalidade do paradigma, alguns autores acabavam muitas vezes por reiterá-lo. Ao explicarem as estratégias seguidas em outros lugares a partir da “ausência” ou “negação” da imigração, reafirmaram seus princípios e, até mesmo, a tese de que, onde houvesse imigração, “naturalmente” o escravo teria sido substituído pelo recém-chegado, em detrimento dos “nacionais”.

Termos como *substituição*, *transição* e *formação* conferiram historicidade àquela ruptura. Por que teriam lugar na história seres coisificados, “incapazes de ação autônômica”? Ecoando palavras proféticas de Nabuco (e de alguns outros abolicionistas), a produção acadêmica dos anos 60 sobre o tema transformou em explicação histórica idéias e concepções que, quase cem anos antes, faziam parte de um intenso jogo político.<sup>9</sup> A exaltação do imigrante branco, associada à idéia da incapacidade do negro para o trabalho e à afirmação da passividade dos nacionais, devidamente depuradas de seus termos racistas, reapareceu na base das teses formuladas por sociólogos e historiadores do século XX sobre a transição da escravidão para o trabalho livre, da substituição do

---

7 Lanna, A.L.D. *A transformação do trabalho*. Campinas, Ed. da UNICAMP/CNPq, 1988.

8 Almada, V.P.F. de. *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984. Para outras regiões, vide, entre outros, Eisenberg, P. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 e Galliza, D. S. de. *O declínio da escravidão na Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1979.

9 Vide Bresciani, M.S. M. “A lenda da abolição”. *Anais do Museu Paulista*, XXIX (1979), pp. 193-200; e Azevedo, C.M. M. de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 21-31.

escravo negro pelo imigrante italiano. Certas dicotomias que durante muito tempo haviam orientado o trabalho dos estudiosos, como as oposições entre campo e cidade, entre arcaico e moderno, apareciam agora, neste contexto, associadas à oposição entre escravidão e capitalismo.<sup>10</sup> É no interior dessas postulações que podemos compreender o aparecimento da idéia de *transição*, de *passagem* de um mundo a outro.

Transformando-se num paradigma, a teoria da substituição espalhou-se por outros campos das ciências humanas, tendo também seu correspondente na produção historiográfica e sociológica sobre a classe operária no Brasil. Um artigo escrito por três sociólogos no início dos anos 80<sup>11</sup> possibilita um rápido mapeamento das principais polêmicas que atravessaram a produção sociológica sobre a classe operária brasileira a partir dos anos 50/60, quando estudos acadêmicos sobre os desajustamentos dos trabalhadores na sociedade industrial, a falta de consciência de classe do proletariado e o estabelecimento de um sindicalismo controlado pelo Estado “inauguram uma tradição de estudos sobre a classe operária”.<sup>12</sup>

Os anos pós-64 assinalam o início de uma inflexão, marcada pela publicação de dois trabalhos de Francisco Weffort:<sup>13</sup> desmonta-se então a idéia de que a fábrica, o sindicato ou o partido constituíssem os lugares predeterminados e fixos das possibilidades da classe operária. Inaugurando um novo campo de reflexões, Weffort qualificou politicamente a ação da classe operária, conferindo-lhe um significado histórico na dinâmica da sociedade. Assim, a partir desses trabalhos e dos estudos que se seguiram,

---

10 Neste sentido, os estudos sobre a escravidão urbana, bem como sobre a presença escrava em estabelecimentos fabris constituem, de certo modo, as primeiras tentativas de alargamento e problematização diante da rigidez desses paradigmas historiográficos.

11 Paoli, M.C., Sader, E. e Silva Telles, V. da. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, 6 (set. 1983), pp. 129-9.

12 Idem, pp. 132-3. Os autores referem-se especialmente, aqui, aos trabalhos de Juarez Brandão Lopes (“Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação”, publicado em 1960, e “Relações Industriais em duas Comunidades Brasileiras”, publicado em 1961), Alain Touraine (“Indústria e consciências operárias em São Paulo”, escrito em 1961), Fernando Henrique Cardoso (“Situação e composição social do proletariado brasileiro”, publicado em 1961), Azis Simão (*Sindicato e Estado*, publicado em 1966), Leôncio M. Rodrigues (*Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, 1966, *Industrialização e atitudes operárias*, 1970, e *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*, de 1974) e J. Albertino Rodrigues (*Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, publicado em 1967).

13 Cf. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”, *Cadernos CEBRAP* (1971); e *Sindicatos e política*. Tese de livre docência defendida em 1975 na USP. Vide, também, Weffort, F. “Democracia e Movimento Operário”, *Revista de Cultura Contemporânea*, 1 (1978), 2 e 3 (1979).

a noção de sujeito passou a fazer parte do referencial teórico necessário para pensar o proletariado nas áreas da sociologia e da política.<sup>14</sup>

A produção dos historiadores a respeito do tema guardou muitos aspectos semelhantes aos da produção sociológica, até porque, na maior parte do tempo, os estudos sobre o tema não pressupunham uma divisão rígida entre a abordagem sociológica e a de caráter histórico. As análises tendiam a enfatizar períodos recentes, e raros eram os estudos que se demoravam mais que alguns parágrafos na abordagem de períodos mais remotos.<sup>15</sup> Isto é parcialmente explicável pelo fato de que, até a década de 70, a historiografia dedicada ao período republicano ainda permanecia presa aos temas da história política e da história econômica: as oligarquias, os militares, as classes médias, a industrialização, a plena instituição do Estado burguês, etc.

Em geral, o silêncio sobre o movimento operário só era quebrado pelos estudos produzidos por intelectuais ligados à militância política, a maioria com formação nas ciências sociais. Inevitavelmente, como assinalam diversos autores, esses estudos tendiam a identificar a emergência histórica do operariado com a fundação e trajetória do PCB. Assim, as balizas cronológicas estavam dadas nos anos 20, e os fenômenos do período anterior, entendidos como decorrentes das heranças trazidas pelos imigrantes ou como manifestações carentes de organização e perspectivas políticas capazes de torná-las uma alternativa real de poder, acabavam configurando uma espécie de “pré-história” do proletariado no Brasil. Como afirma Paulo Sérgio Pinheiro, “durante muito tempo se considerou sem relevância o estudo da classe operária na Primeira República”.<sup>16</sup>

---

14 É preciso notar, entretanto, que a discussão sobre o tema nestas áreas está geralmente centrada na análise do período pós-45 e diretamente relacionada a outras questões, como o populismo, o caráter do Estado no Brasil, etc.

15 A obra de Albertino Rodrigues é uma das raras que propõe uma periodização, iniciando a análise pelo final do século XIX. Cf. Rodrigues, J.A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968.

16 Pinheiro, P. S. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: Fausto, B. (org.). *O Brasil republicano. História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol.2, p.137. De certo modo, a trajetória de Boris Fausto, um dos historiadores que se dedicou ao tema na década de 70, é exemplar. Seu livro *A revolução de 1930. Historiografia e história* (São Paulo, Brasiliense, 1970) efetua um balanço dos temas clássicos da história política brasileira que marcavam a análise do período conhecido como a “Velha República”: a burguesia industrial e o empresariado, o papel desempenhado pelas classes médias e pelo segmento militar, o Estado e a partilha do poder. Extremamente importante no momento de sua publicação, esta obra, relida hoje, espanta pelo silêncio sobre a presença histórica de um sujeito sobre qual Boris Fausto iria dedicar, poucos anos depois, um novo livro intitulado *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4 ed. São Paulo, Difel, 1986.

A década de 70 marca uma inflexão, tanto na produção histórica quanto na sociológica: as balizas cronológicas aos poucos foram se deslocando para as primeiras décadas do século XX, e o movimento operário do início do século, sobretudo em suas vertentes anarquistas e anarco-sindicalistas, ganhou o estatuto de um tema privilegiado.<sup>17</sup> Tal inflexão avançou também no sentido de redimensionar a própria historiografia sobre as primeiras décadas republicanas, com a formulação de novos problemas históricos e de interpretações alternativas que redimensionaram os debates e ampliaram as possibilidades de investigação.<sup>18</sup>

Com relação ao estudo da classe operária brasileira, esta inflexão favoreceu a multiplicação de estudos de caráter historiográfico sobre o tema. Afastando-se da tradição sociológica das “grandes interpretações”, uma série de estudos monográficos foi surgindo. Agrupamentos profissionais (têxteis, gráficos, portuários, etc.), suas formas de organização, movimentos específicos e suas dinâmicas próprias, a composição da força de trabalho, o cotidiano operário dentro e fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação, habitação, etc., tornaram-se temas de teses de mestrado e doutorado, de inúmeros livros publicados sobretudo a partir dos anos 80.<sup>19</sup>

Apesar do alargamento temático e cronológico, a historiografia sobre a presença operária continuou, no entanto, a operar com um antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um ser branco, quase sempre falando uma língua estrangeira. Os negros, egressos do mundo escravista,

---

17 Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 70 vide Paulo Sérgio Pinheiro. “Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão” *Estudos CEBRAP*, 14 (1975); Luiz Werneck Vianna. “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências” *Dados*, 17 (1978) e Kazumi Munakata. “O lugar do movimento operário” *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, ANPUH, 1980. Uma avaliação mais recente foi feita por Cláudio Batalha, “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: Marcos Cézar de Freitas (org.) *História da historiografia brasileira*, (no prelo).

18 Vide, entre outros, Marilena Chauí. “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978; e Edgar De Decca. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

19 Vide, entre muitos outros, De Decca, M.A.G.. *A vida fora das fábricas* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987); Castro Gomes, A. de. *A invenção do trabalhismo*. (São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1988); Khouri, Y.A. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. (São Paulo, Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981); Munakata, K. *A legislação trabalhista no Brasil*. (São Paulo, Brasiliense, 1981); Souza-Lobo, E. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. (São Paulo, Brasiliense, 1992).

continuaram ausentes. Apenas nas últimas décadas começam a surgir estudos que fogem aos paradigmas interpretativos dominantes, e que — em alguns casos — chegam a abordar as questões raciais ou a presença negra na análise de situações específicas.<sup>20</sup>

De modo geral, a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas da “transição” e da substituição encarregam-se de afastar os ex-escravos da cena histórica. Diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo — corroborado pelos paradigmas que governavam a explicação histórica na bibliografia sobre a escravidão e sobre os “trabalhadores”.

Certamente, a produção mais recente sobre a experiência de escravos e libertos ao longo da escravidão e no processo de conquista da liberdade vem criticando enfaticamente essas concepções.<sup>21</sup> Pesquisas assentadas em documentação referente a locais e períodos diversos têm constatado que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais. Apesar do incômodo que esta simples constatação possa ter causado a alguns intelectuais, ela parece ser, cada vez mais, o ponto de partida (e não o de chegada) para vários pesquisadores hoje em dia.

Esta assertiva, bastante simples e suficientemente demonstrada em diversas pesquisas empíricas, tem possibilitado uma certa renovação nos estudos sobre a experiência escrava no Brasil. Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos sociais, têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema. A rediscussão dos significados do castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as

---

20 Importante, neste sentido, é o trabalho de Sidney Chalhoub, *Lar, trabalho e botequim* (São Paulo, Brasiliense, 1986), um dos primeiros a tratar da “classe” sem recorrer à análise específica de um “movimento” ou situação de confronto, e no qual as tensões entre negros e portugueses são amplamente discutidas. Sobre a presença de trabalhadores negros veja-se, também, a título de exemplo, Gitahy, M.L.C. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. (Santos/São Paulo, Ed. UNESP/ Prefeitura Municipal de Santos, 1993).

21 Uma análise dessa produção pode ser encontrada no meu “Escravidão no Brasil: balanço historiográfico”. *LPH — Revista de História*, 3, nº 1 (Ouro Preto, 1992), pp. 215-44.

ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas<sup>22</sup> — para citar apenas alguns desdobramentos temáticos — constituem bons exemplos. São também muitos os trabalhos históricos que, hoje, partem dessas concepções para realizar estudos sobre as relações entre escravos e libertos no mundo escravista, sobre a experiência dos libertos, sobre a importância das lutas de escravos e libertos no processo da emancipação e da abolição.<sup>23</sup> Estes e outros estudos têm revelado novos aspectos das relações entre escravidão e liberdade nas últimas décadas do século XIX, redimensionando a compreensão das relações entre trabalhadores livres e escravos durante todo o período de vigência da escravidão<sup>24</sup> e apontando para dimensões da experiência escrava que, sem dúvida alguma, marcaram a vida dos libertos e dos ex-escravos. Se há alguns anos era praticamente consensual a afirmação da impossibilidade de resgatar a experiência dos egressos da escravidão, pesquisas recentes têm justamente demonstrado o contrário. Rastreamento de fontes diversas, já é possível, hoje, acompanhar por algumas décadas as histórias de vida de alguns libertos e verificar o quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, laços familiares e de linhagens, entre outros) bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativo, foram revividas e preservadas na liberdade.<sup>25</sup>

---

22 Vide, entre vários outros, Reis, J. J. e Silva, E. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Slenes, R.W. “‘Malungu, ngoma vem!’ África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12 (1991-1992), pp. 48-67; Machado, M.H. P. T. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, Edusp, 1994; e Gomes, F. dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

23 Vide, entre outros, Maria Inês Côrtes de Oliveira. *O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890*. São Paulo, Corrupio/CNPq, 1988; Eduardo S. Penna. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1990; Joseli Maria Nunes Mendonça. *A lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995; Regina Célia Lima Xavier. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996.

24 Stuart B. Schwartz realiza uma excelente síntese sobre as relações entre escravos (indígenas e africanos) e trabalhadores livres nos engenhos baianos nos séculos XVI a XVIII em *Sugar plantations in the formation of Brazilian society. Bahia, 1550-1835*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, pp. 51-72. Para um estudo das relações entre trabalhadores livres e escravos, vide também Graham, S. L. *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. (Trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

25 Exemplar, neste sentido, é o trabalho de Regina Xavier, *A conquista da liberdade*, que consegue acompanhar indivíduos negros, ex-escravos, por mais de 30 anos — entre as décadas finais do XIX e primeiras do XX — em Campinas.

Assim, a análise mais acurada das tensões do período final da escravidão e dos entrelaçamentos entre trabalho escravo e livre, assalariado ou não, vem se somando ao redimensionamento dos estudos sobre a resistência escrava e o significado da liberdade para os cativos.<sup>26</sup> A produção recente sobre escravidão e abolição, ao revelar novas dimensões da experiência escrava, tem problematizado os paradigmas explicativos para o processo da abolição e para a caracterização da experiência negra no período pós-emancipação. Um bom exemplo do tipo de preocupação que norteia minha análise pode ser encontrada no trabalho de Reid Andrews, dedicado ao estudo das relações entre brancos e negros em São Paulo no pós-abolição.<sup>27</sup>

Analisando textos publicados em jornais paulistas entre 1887 e 1889 que afirmam o deslocamento dos libertos da vida produtiva e enalteciam o trabalho dos imigrantes, este autor constata que

olhando-se retrospectivamente, esses artigos e outros semelhantes a eles deveriam ser lidos não como descrições empíricas do que estava acontecendo em São Paulo na época, mas antes como expressões daquilo que as elites do Estado na verdade esperavam viesse a acontecer (...).<sup>28</sup>

Problematizando as teses de Florestan Fernandes, Reid Andrews empreende uma análise das primeiras décadas do pós-abolição detectando a presença de trabalhadores negros em diversas ocupações no mercado de trabalho urbano (artesanal, industrial e no setor de transportes) e rural. À tese da “anomia” e da marginalidade dos afro-brasileiros, este autor contrapõe uma análise que leva em consideração o “poder de barganha” de libertos e imigrantes diante de seus empregadores. Utilizando relatos de viajantes e depoimentos coletados na grande imprensa, constata que as exigências que os ex-escravos impunham aos fazendeiros eram maiores que aquelas pedidas pelos imigrantes; em uma situação em que a *escolha* era possível — como no caso de São Paulo, com a larga oferta de mão-de-obra imigrante —, a preferência dos fazendeiros era perfeitamente compreensível.

---

26 Cf. especialmente, Chalhoub, S., *Visões da liberdade*, e Machado, M. H. P.T., *O plano e o pânico*.

27 Cf. Andrews, G. R. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, Wisconsin University Press, 1991.

28 Andrews, G. R. “Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888-1926”, p. 498.

Para o liberto, as demandas relativas às condições de trabalho eram até mais importantes que o nível dos salários: buscavam afastar qualquer reminiscência característica da escravidão, tendiam a não aceitar empregos em plantações onde tinham sido escravos, preferiam viver longe de seus patrões, procuravam retirar mulheres e crianças do trabalho.<sup>29</sup> Diante deste tipo de demandas, que do ponto de vista dos libertos eram fundamentais na definição da liberdade, os imigrantes pareciam bem menos exigentes: uma opção para os fazendeiros paulistas, que ainda contavam com a vantagem dos subsídios governamentais.

Mesmo trabalhando no interior dos próprios termos postulados por Florestan Fernandes, a análise de Reid Andrews é inovadora, justamente por inverter o significado da “luta [entre ex-escravos e imigrantes] pelos empregos” e, sobretudo, por enfatizar o quanto a experiência escrava moldou as ações (e reivindicações) dos libertos no período pós-abolição. Assim, a “marginalização” dos negros não mais aparece como fruto das “marcas” da escravidão, da falta de habilidades para o mercado de trabalho capitalista ou do racismo, mas, sim, se explica por uma análise que leva em conta os confrontos entre trabalhadores e seus patrões. Por outro lado, com base em artigos de jornais operários, este autor evidencia que as tensões raciais — que recobriam a “luta pelos empregos” — se faziam presentes também no mercado de trabalho urbano: nas primeiras décadas do século XX muitos líderes trabalhistas denunciavam os negros e os “caipiras” da Sicília e de Veneza como “fura-greves”. O que permite estender sua argumentação para além das fronteiras do mundo rural.

Entretanto, mais do que entrar no mérito das análises empreendidas por Andrews, o que queremos enfatizar por ora é que seus argumentos revelam outras possibilidades de abordagem histórica da experiência dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX. Análises cruzadas de relações raciais, étnicas e de classe permitem redimensionar as abordagens tradicionalmente empreendidas por historiadores e cientistas sociais, propõem novas questões, problematizam paradigmas explicativos e levam à investigação em novas fontes ou mesmo à releitura de fontes já utilizadas anteriormente. Um bom exemplo neste sentido é o trabalho de Hebe Castro, que transformou a própria dificuldade em localizar os libertos, na documentação do final do século XIX, em um problema histórico — em objeto de sua investigação. Sua pesquisa revela como os libertos trans-

---

29 Andrews, G. R., op. cit., especialmente pp. 514-6. Neste sentido, a constatação de Andrews coincide com as análises de E. Foner a respeito dos significados da liberdade para os negros norte-americanos no período pós-emancipação. Cf. Foner, E. “O significado da liberdade”, *Revista Brasileira de História*, 8, nº16 (1988), pp. 9-36.

formaram a ideologia racial “num campo de luta privilegiado em relação aos significados da liberdade”, discutindo suas estratégias e intenções.<sup>30</sup>

Por outro lado, é preciso não esquecer que tanto a bibliografia sobre a formação da classe operária brasileira quanto aquela sobre a escravidão/abolição recobrem processos relativamente coevos: o início da imigração massiva ocorreu quando ainda existia a escravidão; os estudos sobre a formação da classe operária frequentemente apontam greves na segunda metade do século XIX. É bem verdade que, nas últimas décadas, os estudos sobre o movimento operário brasileiro passaram a incluir em sua pauta de preocupações os imigrantes e anarquistas. Em alguns casos, raros, os estudos sobre a escravidão estabelecem relações com a imigração<sup>31</sup>. Mas, fora as iniciativas do movimento negro — sobretudo a partir do final da década de 70 — que denunciam a discriminação racial nas relações de trabalho, os negros parecem estar sempre (ou quase sempre) excluídos da história dos trabalhadores.<sup>32</sup> Por isso, creio que os que se interessam pela história social do trabalho no Brasil precisam voltar à segunda metade do século XIX, visitar fazendas e fábricas, procurar por greves e outras manifestações reivindicatórias, buscar espaços de sociabilidade e convívio. Certamente encontraremos trabalhadores escravos e imigrantes, negros e brancos de várias cores, homens e mulheres com experiências diversas que, em situações de lazer ou trabalho, em espaços públicos ou domésticos, construíam suas vidas — enfrentando uma arena social que se transformava cada vez mais rapidamente e na qual as “regras” eram diferentes daquelas em que haviam aprendido a lutar.<sup>33</sup>

---

30 Castro, H.M.M. de. *Das cores do silêncio*, p. 403.

31 Cf. por exemplo, Alencastro, L.F. “Escravos e Proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”, *Novos Estudos CEBRAP*, 21 (1988), pp. 30-56; e Chalhoub, S., *Lar, trabalho e botequim*.

32 Um bom exemplo em sentido contrário, como já tivemos oportunidade de comentar, é o trabalho de Reid Andrews. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1980*.

33 Apesar dos inúmeros exemplos mencionados no artigo de Verena Stolcke e Michael Hall. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo” (*Revista Brasileira de História*, 6 (1983), pp. 80-120), desconheço que qualquer estudo mais aprofundado sobre alguma das greves rurais ocorridas ao longo da segunda metade do XIX tenha recebido de um estudo aprofundado. Com relação a movimentos urbanos, ver o artigo de João J. Reis “A greve negra de 1857 na Bahia” (*Revista USP*, 18 (1993), pp. 6-29) e o trabalho de Artur J. R. Vitorino. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912* (Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995) oferecem bons exemplos de experiências acumuladas e compartilhadas entre escravos, libertos e livres.

Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretendeu ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente. Mas isto não é tudo. O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial.

Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores” nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores” que não trabalham ou então “trabalhadores” que são incapazes de trabalhar... Por isso, desapareceram, literalmente, da história. Por isso, apoiada em explicações economicistas ou em dados demográficos, a literatura sobre a transição não conseguiu, até hoje, dar foros de cidadania a milhares de homens e mulheres de pele escura que construíram suas vidas sob o signo da escravidão e, principalmente, de uma liberdade que, embora conquistada, nunca conseguiu ser completa.